

Chega de arrocho salarial!

Em defesa da Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps!

Contra a retirada de direitos na Previdência

Eixos centrais da data-base 2019 sinalizam a luta deste ano!

Data-base é o mês em que as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e as entidades patronais reúnem-se para debater, principalmente, as reivindicações salariais da categoria. No caso das universidades estaduais paulistas, o mês da data-base é maio e o interlocutor dos sindicatos (o Fórum das Seis) é o Conselho de Reitores, o Cruesp. Além do reajuste salarial, o Fórum das Seis tem proposto, ao longo dos anos, também discutir outras questões importantes que dizem respeito às condições de trabalho e estudo e à crise de financiamento das universidades públicas paulistas. O Cruesp tem se recusado sistematicamente a conversar sobre esses assuntos em outros momentos, por isso, sempre que se apresenta uma oportunidade, como é o caso da data-base, recolocam-se os itens da nossa Pauta Unificada.

Em 2019, a data-base vai acontecer em meio a uma conjuntura que exige dos trabalhadores e estudantes reação firme e organizada.

Neste quadro, será preciso travar as nossas lutas específicas – contra o desmonte das universidades, contra o arrocho salarial e em defesa da isonomia, por melhores condições de trabalho e estudo – em sintonia com a resistência às reformas em curso, como a previdenciária e o



aprofundamento da trabalhista.

O recém-empossado governo Bolsonaro já disse a que veio e, em ritmo acelerado, quer aprovar as reformas que seu antecessor não deu conta de fazer, há tempos pleiteadas pelos empresários, banqueiros e cia. O governador Doria, por sua vez, não esconde a concepção privatista que defende para as universidades públicas, ignorando a forte crise de financiamento que se abate sobre elas e, inclusive, acenando com a cobrança de mensalidades.

De sua parte, os reitores insistem na política de descarregar o ônus da crise de financiamento sobre a comunidade universitária, aprofundando o arrocho salarial, impondo o congelamento das contratações e dos planos de carreira, planos de demissão voluntária (como na USP), ameaças de fechamento de vagas públicas (como na Unesp), entre outras medidas que apontam para o desmonte nas universidades.

O *Jornal do Fórum* traz um conjunto de informações para subsidiar a primeira rodada de assembleias no calendário de mobilização pela data-base 2019. Leia com atenção e participe! É hora de mobilização: defesa dos salários, da educação pública e dos nossos direitos sociais!



Salariômetro mostra o tamanho do arrocho nas universidades

R\$ 50.549,31: Isso é o que um professor MS3 deixou de receber na Unesp de maio/2015 a janeiro/2019.

R\$ 38.773,65: Isso é o que um professor MS3 deixou de receber na Unicamp e na USP de maio/2015 a janeiro/2019.

R\$ 9.689,04: Isso é o que um servidor técnico-administrativo da Unesp, que ganhava um salário de R\$ 2.000,00 em maio/2015, deixou de receber até janeiro de 2019.

R\$ 7433,74: Isso é que um técnico-administrativo da USP e da Unicamp, que ganhava um salário de R\$ 2.000,00 em maio/2015, deixou de receber até janeiro de 2019.

Nas páginas 2 e 3, você confere estudo do Fórum das Seis sobre nossas perdas, incluindo o fator multiplicador para saber exatamente quanto perdeu em reais nos últimos quatro anos

Também nesta edição:

O 13º na Unesp, a ponta do iceberg e o caminho da luta - Pág. 4

ETECs e FATECs: Defesa do salário e do emprego - Pág. 5

Mais recursos para a permanência estudantil, contra a cobrança de mensalidades - Pág. 5

Crise de financiamento: razões e soluções - Págs. 6 e 7

Reforma da Previdência: Aposentadoria em risco - Pág. 8



SALARIÔMETRO 2019

Arrocho salarial está financiando as universidades estaduais paulistas

Os salários vêm sendo arrochados progressivamente nos últimos anos. Se a mera reposição da inflação dos 12 meses anteriores nas universidades estaduais paulistas já não era suficiente para devolver o que a inflação vem corroendo ao longo dos anos, agora a situação é muito pior. O fracionamento do pagamento da inflação medida pelo IPC-Fipe (como ocorrido em 2015), a concessão de apenas 3% em 2016 (e nem isso na Unesp!), o zero em 2017 e o 1,5% em 2018 diminuíram ainda mais nosso poder de compra, com o agravante da quebra da isonomia entre as três universidades.

O arrocho salarial vem sendo uma das facetas mais perversas na política de desmonte imposta pelos governos estaduais – com a concordância dos nossos reitores – contra as universidades públicas paulistas.

O “Salariômetro” do Fórum das Seis, atualizado até janeiro/2019 e sempre utilizando como base a inflação medida pelo ICV-Dieese, mostra os efeitos danosos dessa política sobre o poder de compra dos/as servidores(as) docentes e técnico-administrativos/as relativamente às datas-base de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Nas tabelas, foi utilizado

TABELA 1 – PERDAS DOCENTES

(Perdas relativas ao salário efetivamente pago para um professor MS3 pelas Universidades em maio de 2015, calculadas utilizando o índice ICV-Dieese)

DOCENTE	Valor do salário em janeiro/2019, caso tivesse sido corrigido pelo ICV-Dieese desde maio/2015	Estimativa de quanto um docente MS3 deixou de receber de maio/2015 a janeiro/2019	Reajuste necessário em janeiro/2019 para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015	Fator multiplicativo estimado em janeiro/2019 (3)
Unesp (4)	R\$ 12.407,17 (1)	R\$ 50.549,31 (4)	17,99%	4,81
USP/UNICAMP	R\$ 12.407,17 (2)	R\$ 38.773,65	14,55%	3,58

(1) Salário de Professor MS3 (o Assistente Doutor) na Unesp em janeiro de 2019: R\$ 10.515,42.

(2) Salário de Professor MS3 na Unicamp e na USP em janeiro de 2019: R\$ 10.830,94.

(3) As discrepâncias entre as últimas colunas das Tabelas 1 e 2 se devem a erros inerentes aos cálculos feitos com a planilhas Excel e foram menores do que 0,85%.

(4) Os servidores estatutários da Unesp devem somar a estas perdas os juros bancários e de cartões de crédito por conta das dívidas que tiveram que contrair por não terem recebido o 13º salário na data legal.

como referência o salário efetivamente recebido em maio de 2015, quando foi concedido pelo Cruesp o reajuste correspondente à inflação medida pelo IPC-FIPE do período maio/2014 a abril/2015, pago em duas vezes: a primeira em maio (4%) e a segunda em outubro (3,09%) de 2015.

Assim, os valores do salário nos meses seguintes a maio/2015 foram calculados aplicando a inflação medida pelo ICV-Dieese (mês a mês) até janeiro de 2019.

Para saber quanto você deixou de receber pelo fato do seu salário não ter sido reajustado pelo ICV-Dieese, de maio/2015 a jan/2019, basta multiplicar o seu salário bruto atual pelo fator multiplicativo que está na última coluna das Tabelas 1 e 2.

Tendo em vista que os salários dos servidores técnico-administrativos variam muito nas três universidades – e, também, no âmbito interno de cada uma delas –

tomamos como base um salário de R\$ 2.000,00, para os cálculos das perdas relativas do período maio de 2015 a janeiro de 2019.

Assim, a Tabela 2 mostra que o salário de um servidor técnico-administrativo de qualquer uma dessas universidades, que recebia R\$ 2.000,00 em 2015, deveria ser de R\$ 2.395,19 em janeiro de 2019. A tabela

mostra, ainda, as perdas totais (em reais), diferentes no caso da Unesp (por não ter pago os 3% de 2016): R\$ 9.538,35 para os trabalhadores da Unesp e R\$ 7.433,74 para os da USP e Unicamp. Para se ter uma ideia do tamanho da perda nos demais salários, basta multiplicar o seu valor bruto pelo fator multiplicativo (4,61 para a Unesp e 3,56 para a USP e Unicamp),



Manifestação em frente à sede do Cruesp, em SP, durante a data-base 2018

FORUM das seis

Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - STU
Sindicato dos Trabalhadores da USP - Sintusp
Sindicato dos Trabalhadores da Unesp - Sintunesp
Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps - Sinteps
Associação de Docentes da Unicamp - Adunicamp S. Sind.
Associação dos Docentes da USP - Adusp S. Sind.
Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp S. Sind.
DCE da Unicamp
DCE-Livre da USP
DCE das FATECs
Representação Estudantil da Unesp

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)
bah0609@bol.com.br

Tiragem desta edição: 8.000 exemplares

DO FÓRUM SALARIÔMETRO DO FÓRUM SALARIÔMETRO

TABELA 2 – PERDAS DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

(Perdas relativas de um servidor técnico-administrativo que recebia, R\$ 2.000,00 em 2015, calculadas utilizando o índice ICV-Dieese)

SERVIDOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (Geral)	Valor do salário em janeiro/2019, caso tivesse sido corrigido pelo ICV-Dieese desde maio/2015	Estimativa de quanto deixou de receber de maio/2015 a janeiro/2019	Reajuste necessário em janeiro/2019 para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015	Fator multiplicativo estimado em janeiro/2019 (1)
Unesp (2)	R\$ 2.395,19	R\$ 9.358,35 (**)	17,99%	4,61
USP/Unicamp	R\$ 2.395,19	R\$ 7.433,74	14,55%	3,56

(1) As discrepâncias entre as últimas colunas das Tabelas 1 e 2 se devem a erros inerentes aos cálculos feitos com a planilhas Excel e foram menores do que 0,85%.

(2) Os servidores estatutários da Unesp devem somar a estas perdas os juros bancários e de cartões de crédito por conta das dívidas que tiveram que contrair por não terem recebido o 13º salário na data legal.

Tabela 3 traz subsídios para as assembleias de base

A Tabela 3 foi construída tomando como referência o salário de maio/2015, maio/2016, maio/2017 e maio/2018. A partir daí, foi calculado o reajuste que deveria ser concedido em janeiro de 2019 para repor o poder de compra que tínhamos em cada uma dessas datas-base.

Seu objetivo é oferecer subsídios para a discussão sobre a forma como iremos reivindicar a reposição salarial nas universidades, questão que começou a ser discutida na última reunião do Fórum das Seis, em 19/2/2019, em que foram aventadas as quatro possibilidades abaixo, com a observação de que nunca abrimos mão das perdas anteriores. Assim, se queremos em maio de 2019 o restabelecimento imediato do poder de compra dos nossos salários relativos a:

- **Maio de 2015:** reivindicamos 17,99% para a Unesp e 14,55% para a USP e Unicamp, agregadas as inflações de fevereiro, março e abril de 2019, mais um plano de reposição das perdas anteriores;

- **Maio de 2016:** reivindicamos 11,16% para a Unesp e 7,34% para a USP e Unicamp, agregadas as inflações de fevereiro, março e abril de 2019, mais um plano de reposição

das perdas anteriores;

- **Maio de 2017:** reivindicamos 7,25% para a Unesp e 4,13% para a USP e Unicamp, agregadas as inflações de fevereiro, março e abril de 2019, mais um plano de reposição das perdas anteriores;

- **Maio de 2018:** reivindicamos 6,30% para a Unesp e 3,20% para a USP e Unicamp, agregadas as inflações de fevereiro, março e abril de 2019, mais um plano de reposição das perdas anteriores.

A maioria dos representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis presentes nesta reunião, ao analisar essas possibilidades, apontou que a alternativa 2 pode ser interessante, porque maio de 2016 marca o momento em que ocorreu a quebra da isonomia (com o reajuste de 3% concedido para a USP e Unicamp, sem que fosse estendido para a Unesp), e esse é um fato muito importante na história das relações entre o Fórum das Seis e o Cruesp.

No entanto as decisões sobre o que será reivindicado na mesa

de negociação com o Cruesp em 2019 serão tomadas só depois de conhecidos os resultados das assembleias de base, que são as instâncias deliberativas das entidades. As assembleias de base têm plena autonomia para indicar o que considerarem adequado para seus representantes levarem para a consideração do Fórum na reunião agendada para 26/3/2019, quando será elaborada a proposta de Pauta Unificada 2019 que, por sua vez, será encaminhada novamente para a avaliação na segunda rodada de assembleias de base.

TABELA 3 – ÍNDICES NECESSÁRIOS

Reajuste necessário para retornar ao poder aquisitivo de maio 2015, 2016, 2017, 2018 (%)

Mês de referência	Unesp	USP/Unicamp
MAIO/2015	17,99	14,55
MAIO/2016	11,16	7,34
MAIO/2017	7,25	4,13
MAIO/2018	6,30	3,20

Obs.: A referência utilizada na construção desta tabela é o salário efetivamente recebido em cada uma das datas-base desde maio/2015 até maio/2018, e corrigido pelo ICV-Dieese mês a mês até janeiro de 2019.

Reagir e lutar

Fórum das Seis indica: Primeira rodada de assembleias da data-base 2019 até 25/3

Reunidas no dia 19/2/2019, as entidades que compõem o Fórum das Seis deram início aos preparativos para a data-base de 2019. O calendário

indica a realização da primeira rodada de assembleias para o período de 12 a 25 de março.

Nesta rodada inicial, as categorias devem realizar um amplo debate sobre os indicativos presentes nesta edição do Jornal do Fórum:

- Elaboração de um documento com os 3 eixos centrais da data-base 2019 (contra o arrocho salarial, em defesa das universidades estaduais paulistas e contra a reforma da Previdência), a ser entregue aos reitores junto com a íntegra da Pauta de Reivindicações 2019;
- Definição das reivindicações salariais deste ano;



- Eventuais indicações para a Pauta de Reivindicações completa, que será encaminhada aos reitores junto com o documento dos 3 eixos. A Pauta apresentada em maio de 2018 seguirá em anexo a este jornal, por e-mail.

No dia 26/3, as entidades que compõem o Fórum voltarão a se reunir para avaliar as sugestões que vierem da primeira rodada de assembleias, para elaborar o documento com os 3 eixos centrais da data-base 2019, avançar na formatação da Pauta Unificada e indicar os próximos passos da mobilização.

O 13º na Unesp, a ponta do iceberg e o caminho da luta



14/2/2019: Ato do Fórum das Seis em frente à reitoria da Unesp

As mobilizações convocadas pelo Fórum das Seis – com a realização de três atos durante reuniões do Conselho Universitário da Unesp, o último deles em 14/2/2019 – têm sido importantes para pressionar a reitoria da Universidade a avançar na questão do não pagamento do 13º salário aos servidores estatutários da Unesp, embora ainda não tenha sido contemplada a reivindicação de pagamento integral e imediato.

Foi graças a estas manifestações e, também, à mobilização impulsionada pela Adunesp e pelo Sintunesp nos campi, inclusive com paralisações pontuais e greve, que o Conselho Universitário aprovou uma proposta de quitação do 13º salário em 2 parcelas – fevereiro e maio – e não em quatro vezes, como pretendia o reitor da Unesp. E também foi graças à pressão da comunidade que a reitoria se dispôs a reabrir as negociações com as entidades.

A batalha pelo 13º salário ainda está em andamento na Unesp e a quitação da primeira parcela de 50% em 25/2 não dá conta de solucionar o problema. A reivindicação é de imediato pagamento da totalidade do 13º salário e pela divulgação dos termos do compromisso assumido pela Universidade com o governo do estado, que concordou em antecipar uma parte dos recursos que virão para a Unesp em 2019 (R\$ 130 milhões), em troca da implantação das reformas acadêmica e administrativa, numa clara violação à autonomia da universidade, e certamente com a anuência do reitor.

ICMS cresceu 6,5% em 2018

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teve um crescimento nominal de 6,5% em 2018, se comparado a 2017. Descontada a inflação medida pelo IPC-Fipe em 2018 (índice utilizado pelo Cruesp), ainda assim temos um crescimento real de 3,40%.

O ano fechou com um ICMS total de R\$ 100,563 bilhões. A previsão inicial da Secretaria de Estado da Fazenda era de R\$ 99,6 bilhões.

Quando concedeu o reajuste de 1,5% em maio/2018, o Cruesp baseou-se na previsão rebaixada de ICMS. Nos meses que antecederam a data-base de 2018, o Fórum das Seis afirmou que a arrecadação superaria a expectativa, mas os reitores não arredaram pé de suas previsões “pessimistas”, pois o objetivo era justificar o arrocho. Além disso, recusaram-se a uma nova reunião de negociação no segundo semestre de 2018, quando já havia indicações concretas de que a arrecadação de ICMS superaria a previsão inicial da Secretaria da Fazenda.

Comprometimento do repasse do ICMS com folha de pagamento é o mais baixo em 7 anos. Em janeiro, média ficou em 85,74%

A política de arrocho salarial nas universidades estaduais paulistas é evidente quando olhamos alguns números. O comprometimento do repasse do ICMS com folha de pagamento bruta é o menor desde 2012. Naquele ano, a média das três universidades foi de 92,39%. Em 2018, esse percentual ficou em 90,02%. Acompanhe o ano a ano no quadro:

Comprometimento com folha (%) (média anual nas três universidades)	
2012	92,39
2013	95,44
2014	101,62
2015	99,36
2016	103,19
2017	96,86
2018	90,02
Jan 2019	85,74

Fonte: Planilhas Cruesp

Centro Paula Souza

Reposição de perdas e garantia do emprego estão na pauta em 2019

O Sinteps, sindicato que representa os professores e servidores técnico-administrativos das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), mantidas pelo Centro Paula Souza (Ceeteps), está promovendo reuniões nas unidades espalhadas por todo o estado. O objetivo é impulsionar a mobilização pelas reivindicações de 2019.



Embora não valorize os trabalhadores da instituição, o governo paulista sempre se beneficiou eleitoralmente da qualidade das ETECs e FATECs

O Sinteps integra o Fórum das Seis e trava suas lutas em sintonia com a mobilização das universidades estaduais paulistas. Embora o Centro Paula Souza seja uma autarquia vinculada à Unesp e, por isso, legalmente devesse ter os mesmos reajustes salariais concedidos pelas universidades, isso não vem ocorrendo desde 1996, quando tomou posse o governador Mário Covas.

Em 2019, os trabalhadores do Centro estão reivindicando um reajuste de 4% (previsão da inflação de 12 meses) + 2% de ganho real a partir de março/2019, bem como a recuperação das perdas da categoria de acordo com a inflação acumulada desde março/2013 (pelo ICV-Dieese), que somam 32,63%. Esse número leva em consideração o fato de que a categoria não teve reposição alguma em 2014, 2015, 2016 e 2017.

A pauta contém itens específicos para a valorização dos técnico-administrativos e dos auxiliares de docente, segmentos bastante precarizados na instituição.

Reforma do EM e garantia do emprego docente

A Pauta 2019 do Sinteps traz um conjunto de reivindicações que visam a preservar o emprego dos docentes, ameaçados pelos desdobramentos da implantação da reforma do ensino médio no Centro Paula Souza, o que está intimamente relacionado com a qualidade da formação dos seus estudantes.

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio, no final de 2018, a reforma iniciada ainda no governo Temer,

em 2016, já é realidade no país, com o enxugamento de currículos, abertura para ensino à distância (até 20% da carga horária no diurno e até 30% no noturno), contratação por “notório saber” etc.

No Centro, como divulgou e alertou amplamente o Sinteps, a reforma começou até antes da aprovação da BNCC. No Vestibulinho 2019, já foram oferecidos os cursos “M-Tec” (Ensino Médio com Habilitação/Qualificação Profissional), um novo modelo de ensino médio/técnico adaptado aos preceitos da reforma, com carga horária de 3.000 horas, num único período, sem a obrigatoriedade de oferecer merenda aos estudantes. Tudo leva a crer que o ETIM (cursos de ensino médio integrado ao técnico, em tempo integral), na forma que existe no Centro, tem seus dias contados. Além do enxugamento e do empobrecimento dos currículos, a implantação plena da reforma nos próximos vestibulinhos significará o confisco de empregos docentes e o rebaixamento da formação dos estudantes. Por isso, considerando o fato de que a BNCC já está aprovada, o Sinteps reivindica a participação da comunidade nos debates sobre a sua efetiva implantação nas ETECs.

Historicamente, o Sinteps defende que os docentes tenham a garantia de jornada de trabalho (10, 20, 30 e 40 horas), deixando de ser horista. Isso porque sabe que, quando o trabalhador tem a segurança de que seu concurso será respeitado, a qualidade do ensino e o envolvimento com a comunidade escolar aumentam consideravelmente.

Mais recursos para a permanência estudantil, contra a cobrança de mensalidades

A aprovação das cotas étnico-raciais na Unicamp e na USP (no final de 2017) e a sua consolidação na Unesp são enormes avanços para o ensino superior público paulista, seguramente um dos mais elitizados, até agora, em termos de acesso.

Mas a implementação formal das cotas não é suficiente para concretizar esse direito para a juventude historicamente excluída destas universidades. É necessária uma política de permanência estudantil que atenda aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que entrem pelas cotas. Ao contrário, a bordo do discurso da crise econômica e da restrição de recursos, o que vemos é estagnação e até retrocesso nas bolsas de permanência, fechamento de creches e bandejões, a não ampliação de vagas nas moradias e nos restaurantes universitários.

Todos os anos, a Pauta Unificada do Fórum das Seis apresenta a reivindicação de dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de acesso e permanência estudantil, seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Ceeteps.

Não à cobrança de mensalidade

Em tempos de Bolsonaro no Planalto e Doria nos Bandeirantes, os discursos pró-cobrança de mensalidade nas universidades públicas crescem a cada dia.

A proposta é apresentada como solução para os problemas de falta de recursos nestas instituições, mas o discurso é falso. O que está

em pauta, na realidade, é a tentativa de evitar a preservação e a ampliação do acesso das camadas mais pobres da população à educação superior pública. Pesquisa divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) mostra que, no caso das federais, a adoção das cotas ampliou consideravelmente este acesso: em 2003, o percentual de pretos/pardos/indígenas nestas universidades era de 36,2%; em 2014, já estava em 48,21%.

A cobrança de mensalidades não tocara na questão central da tributação, de onde vêm os recursos que sustentam as universidades. Na atual política tributária, os segmentos de mais baixa renda pagam, muitas vezes, mais impostos do que as camadas de renda mais alta, e, portanto, já contribuem expressivamente para o financiamento das universidades públicas brasileiras.

Além disso, segundo alguns estudos, constituiria um montante irrisório diante do custo total das universidades. Seria uma arrecadação irrelevante financeiramente, mas com um custo social gigantesco. Alguns exemplos destes estudos estão em:

- Portal Andes (<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9751>)
- Portal Andifes (<http://www.andifes.org.br/o-que-esta-em-jogo-em-uma-universidade-publica-paga/>)



Para entender e lutar

Falta de recursos é fruto da crise de financiamento

Especialmente a partir dos anos 2000, o montante de recursos repassados às universidades esta-duais paulistas foi se mostrando cada vez mais insuficiente. Embora contem com dotação orçamentária definida, de 9,57% do ICMS-quota-parte do estado (ICMS-QPE), isso não tem sido suficiente para dar conta de suas necessidades com ensino, pesquisa e extensão.

Nos últimos anos, a ação e a omissão dos reitores diante da falta de recursos em muito contribuíram para agravar o problema. Sem expor as reais razões do problema, eles foram compensando a falta de recursos com o arrocho salarial (como mostra o salariômetro do Fórum das Seis, nas páginas 2 a 4) e o desmonte das universidades. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte de “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal.

As entidades sindicais reunidas no Fórum das Seis vêm demonstrando que essa versão é falaciosa, com resultados desastrosos para as universidades, e que a falta de recursos que as assola não se caracteriza como “crise financeira”, mas sim como crise de financiamento. O aprofundamento da crise econômica nos últimos anos apenas acelerou e evidenciou o que há tempos se prenunciava, conforme reiteradas advertências do Fórum das Seis.

Os principais motivos da crise de financiamento, como veremos a seguir de modo resumido, são todos de responsabilidade do governo estadual:



A manobra no ato da autonomia

O Fórum das Seis tem organizado a luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas ao longo das últimas décadas. Não fosse isso, ainda teríamos uma dotação de 8,4% do ICMS - Quota-parte do Estado para as três universidades, conforme estabelecido pelo então governo Quércia, quando do advento da autonomia universitária, em 1989.

Já naquele momento, foi dado o primeiro golpe: o montante de recursos concedidos às universidades antes da autonomia correspondia a cerca de 11,6% do ICMS - QPE. E, junto com a autonomia, veio a anexação dos *campi* de Bauru e de Presidente Prudente à Unesp.

A luta da comunidade acadêmica conquistou a ampliação do percentual em duas ocasiões: para 9% em 1992 e 9,57% em 1995

A expansão sem recursos perenes

O índice atual (9,57% do ICMS - QPE) é insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão nas estaduais

paulistas, que nos anos 2000 foram submetidas a uma expressiva expansão, aumentando em cerca de 100% o número de estudantes de graduação. Mesmo sofrendo as consequências deste processo, sem a devida contrapartida de recursos perenes, estão entre as melhores universidades do país. No caso da Unesp, temos também, mais recentemente, a estadualização do Hospital de Clínicas de Botucatu e a criação das 11 Engenharias.

Com o agravamento da crise de financiamento, as “soluções” que surgem agora - na Unesp, começa-se a falar em fechamento de vagas públicas - são ainda mais irresponsáveis.

Aula pública na Praça da Sé, em São Paulo, durante a greve de 2014

É preciso que o governo tenha um mínimo de responsabilidade com o sistema público de ensino superior paulista e garanta os recursos para o funcionamento adequado das universidades e do Centro Paula Souza, sem o fechamento de nenhuma vaga!

Manobras na base de cálculo do repasse

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira da base de cálculo (que deveria ser 75% do total arrecadado) os recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. Mesmo sem levar em conta os recursos da Nota Fiscal Paulista e do Fundo de Pobreza, essas perdas são expressivas.

De 2014 a 2018, deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais cerca de R\$ 16,154 bilhões, em valores nominais. Se corrigidos em 1/1/2019 pelo IPCA, seria um valor significativamente maior. Isso resultou numa perda real de cerca de R\$ 1,54 bi para Unesp, Unicamp e USP!

Perdas na base de cálculo da Unesp, Unicamp e Usp, em R\$ bilhões, em 1/1/2019

Deflator: IPCA (agora usado pela Secretaria da Fazenda)

2014	3,659
2015	2,894
2016	2,951
2017	3,446
2018	3,204
Total	16,154

OBS.2: Nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas.

CRISE DE FINANCIAMENTO

Insuficiência financeira

A insuficiência financeira tem a ver com a capacidade das universidades estaduais em pagar as aposentadorias e pensões de seu pessoal estatutário. Mas, atenção: os aposentados e pensionistas da Unesp, Unicamp e USP não têm NENHUMA responsabilidade sobre isso, ao contrário do governo e das reitorias, que têm todas as condições técnicas para prever a quantidade de recursos necessários para cumprir com essa obrigação legal e resguardar o sagrado direito dos aposentados e pensionistas das nossas universidades.

Explica-se: Quando a SPPrev foi criada, em 2007, por meio da Lei Complementar 1.010/2007, o texto da lei contemplou uma salvaguarda para os órgãos públicos ao estabelecer que a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos ser-

vidores”, inclusive dos aposentados (a chamada insuficiência financeira) é do tesouro estadual. Ou seja, a diferença entre o que o ente público (como é o caso das universidades estaduais paulistas) arrecada com as contribuições do pessoal da ativa e dos aposentados, e o montante necessário para quitar as aposentadorias DEVE ser paga pelo governo estadual (conforme consta na LC 1.010/2007). O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais.

Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE, realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026. Segundo declarações de autoridades da administração central, na Unesp a insuficiência já estaria nesse patamar!

Insuficiência financeira	
2016	19,5% dos repasses do ICMS às universidades
2017	20,3% dos repasses do ICMS às universidades
2026	A previsão é de 30% dos repasses do ICMS às universidades

Ação na LDO todos os anos

Todos os anos, o Fórum das Seis, por intermédio de uns poucos deputados que compreendem a importância das universidades públicas paulistas, protocola junto à Assembleia Legislativa uma série de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), reivindicando o aumento do índice repassado às universidades e deixando explícita a obrigação deste índice incidir sobre todo o ICMS-QPE (incluindo a expressão “do total do produto” no texto da LDO) e a obrigação do tesouro

estadual em arcar com os custos da “insuficiência financeira”.

As emendas encaminhadas pelo Fórum também preveem dotação orçamentária adequada para o pleno funcionamento do Centro Paula Souza (3,3% do ICMS-QPE) e um total de 33% das receitas totais do estado para o conjunto da educação pública paulista. Digna de nota é a modestíssima participação do Cruesp nesse processo,

Em 2019, essa luta prossegue.



Centro Paula Souza: quase 300 unidades, 291 mil estudantes, recursos escassos

Todos os anos, o Fórum das Seis também protocola emenda à LDO solicitando uma dotação orçamentária para o Centro Paula Souza (Ceeteps), que mantém as escolas técnicas (ETECs) e as faculdades de tecnologia (FATECs). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo ano, é o governador que decide quanto de recursos a instituição receberá no ano seguinte. Nos últimos anos, a reivindicação tem sido de 3,3% do ICMS Quota-Parte do estado.

Da mesma forma que nas universidades, o governo ampliou muito o Ceeteps a partir de 2002, quando a instituição tinha 100 unidades. Em fevereiro/2019, as informações oficiais apontam a existência de 296 unidades (223 ETEC e 73 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 291 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa gigantesca expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial, com sérias consequências para a qualidade dos cursos ministrados pela instituição.



Ampliação de recursos X isenções fiscais

A renúncia fiscal feita pelo governo, com as bênçãos da Assembleia Legislativa, é um grande escoadouro de recursos públicos, com prejuízo gigantesco para o financiamento das funções públicas, inclusive das universidades estaduais, assunto sobre o qual o Cruesp também não diz nenhuma palavra.

Em 2017, por exemplo, o governo estadual renunciou de receber 16,04% da arrecadação de ICMS - cerca de R\$ 20 bilhões - de um conjunto de empresas, muitas delas devedoras contumazes desse imposto. Esse valor, que o governo generosamente doou a essas empresas, deixando de recebê-lo em forma de impostos, é mais do que o dobro do orçamento das três estaduais paulistas. O “presente” dado pelo governador aos empresários em 2017 significou algo em torno de R\$ 1,9 bilhões a menos para Unesp, Unicamp e USP (9,57% da quota-parte do estado no ICMS). Em 2018 também houve renúncia fiscal e, ao que tudo indica, foi, pelo menos, da mesma ordem de grandeza que em 2017, apesar de ainda não termos acesso a esses dados.

Para 2019, a renúncia fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias é de 16% do total de ICMS arrecadado. Embora ainda não tenhamos esses valores em reais, isso certamente corresponde a um montante de recursos ainda maior do que o apurado em 2017 e o realizado em 2018. Aí está a resposta àqueles que perguntam de onde viriam os recursos adicionais que reclamamos para nossas universidades, embora nossos reitores ainda não tenham se dado conta disso.



Reforma da Previdência: Lutemos agora para não perder nossos direitos

22 de março tem nova mobilização nacional

As centrais sindicais estão convocando uma grande mobilização nacional contra a reforma da Previdência para 22/3/2019. O “Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Previdência”, como está sendo chamado, será divulgado com mais detalhes em breve pelas entidades do Fórum das Seis.



A organização de um novo dia nacional acontece como desdobramento da Assembleia Nacional em Defesa da Previdência, promovida pelas centrais sindicais em 20/2 (foto), na Praça da Sé, com a participação de caravanas de várias partes do país, inclusive representações das entidades que compõem o Fórum das Seis.

Propostas perversas

Bem longe de combater “privilégios”, a proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional em 20/2 se ancora na retirada de direitos, no aumento das desigualdades e na restrição de acesso à aposentadoria. A proposta unifica as aposentadorias pelo INSS com a dos regimes próprios dos servidores públicos. Chama a atenção o “esquecimento” em relação à aposentadoria dos integrantes das Forças Armadas.

O ataque à população mais pobre está presente não só nas novas regras gerais, que estabelecem a idade mínima (65 anos para homem e 62 para mulher) e um tempo de contribuição de 40 anos para que o trabalhador consiga se aposentar com a totalidade do salário da ativa (limitado ao teto do INSS). Para os trabalhadores rurais, a idade mínima será de 60 anos para ambos os sexos.

É especialmente perversa a alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que hoje garante um salário mínimo ao idoso de baixa renda a partir dos 65 anos. Pela proposta encaminhada pelo governo, a idade mínima para recebimento

passa a ser de 70 anos. Antes disso, receberá apenas R\$ 400,00.

A retirada da Constituição da regra que garante a correção das aposentadorias superiores ao salário mínimo pela inflação também é outro golpe duro, pois aponta para sua desvalorização acelerada nos próximos anos.

A proposta de regime de capitalização (cada trabalhador contribui ao sistema privado para ter sua aposentadoria no futuro), desejo explícito dos grandes bancos e seguradoras, que passariam a “administrar” esses recursos, ainda não foi enviada ao Congresso pelo governo.

Servidores públicos na mira

Nessa proposta de reforma, os servidores públicos terão a idade mínima de aposentadoria igual à dos trabalhadores do setor privado: 62 anos para mulheres (30 anos de contribuição) e 65 anos para homens (35 anos de contribuição). O valor do benefício será calculado da mesma forma do regime geral (descrito acima). Para os servidores contratados no regime próprio, será preciso ainda ter 20 anos no serviço público e cinco no cargo.

No caso de professores (do ensino infantil ao médio), a idade mínima será de 60 anos. Porém, o tempo de contribuição mínimo será de 25 anos, com 10 anos no serviço público e 5 no cargo.

Para servidores que ingressaram até 31/12/2003, será mantida a integralidade da aposentadoria aos que se aposentarem aos

65 anos (homens) ou 62 (mulheres). Para os servidores que ingressaram após 2003, o critério para o cálculo do benefício é igual ao do INSS (descrito antes).

A proposta prevê um conjunto de regras de transição num período entre 10 e 12 anos, mais rápida do que a do projeto de Michel Temer, que era de 20 anos.

Aumento na alíquota

O texto da reforma estabelece que, promulgada a mudança na Previdência, os servidores de todos os poderes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios passarão a pagar, provisoriamente, uma alíquota previdenciária de 14%. Os entes federados terão até 180 dias para elaborar uma tabela que poderá ter percentuais maiores. Mais uma fonte de confisco dos nossos salários.

A farsa do “rombo”

O governo tenta transformar a Previdência na grande vilã das contas públicas. No entanto, os gastos com a Previdência representam 24% da receita oriunda dos impostos federais que pagamos, algo bem razoável para um país com a dimensão do nosso. Enquanto isso, o serviço da dívida pública – os juros e amortizações, que correspondem a cerca de 40% do total de impostos federais arrecadados – é distribuído para os bancos, grandes redes comerciais, industriais e para o agronegócio.

Segundo tese de doutorado da professora Denise Gentil (UFRJ), para se ter uma ideia do volume de recursos públicos que vão para estes setores, em 2015 foram gastos 501 bilhões de reais, que correspondem a 8,5% do PIB, com o pagamento de juros da dívida pública, o que foi destinado a cerca de 75 mil pessoas. Neste mesmo ano, a Previdência alocou 430 bilhões de reais e beneficiou diretamente mais de 27 milhões de pessoas! Se considerarmos os seus familiares, teremos um total bem maior.

Grandes empresas devem R\$ 450 bi

Relatório da CPI da Previdência, divulgado pelo Senado Federal em outubro de 2017, tendo o senador Paulo Paim como relator, apontou que as empresas privadas deviam, naquela ocasião, R\$ 450 bilhões à Previdência. Curioso que o governo não cita este dado ao alegar que existe um rombo na Previdência. Ou seja, segundo ele, o pretenso rombo teria sido causado pelo pagamento das aposentadorias dos trabalhadores brasileiros, especialmente pelos servidores públicos.

**PRECISAMOS APROVAR
A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA PARA
COBRIR OS ROMBOS...**

